



SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 1999

Altera a redação do inciso IV do art. 158 da Constituição Federal para o fim de estabelecer a distribuição da parcela do ICMS entre os municípios mediante critério populacional.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional.

Art. 1º O inciso IV do art. 158 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 158.

IV – vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviço de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação serão distribuídos na proporção direta da população do município em relação à população do estado." (NR)

At. 2º Revoga o parágrafo único do art. 158 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação com efeitos no dia 1º de janeiro do ano seguinte a sua promulgação.

Justificação

A reforma tributária é hoje uma das prioridades nacionais, e qualquer proposta que pretenda ser fac-

tível deve levar em conta cinco princípios básicos: a promoção da justiça fiscal, o que inclui um rigoroso combate à sonegação; o ajuste fiscal do setor público; a necessidade de se minimizar o efeito negativo da tributação sobre a eficiência e a competitividade do setor produtivo nacional; a necessidade de simplificação dos sistemas tributário; e finalmente a consolidação do processo de descentralização fiscal e o reequilíbrio da repartição de responsabilidade e recursos entre as unidades da Federação.

É indiscutível o princípio de que o Estado existe para prestar serviços essenciais à população. Mas, para que isso seja possível, ele precisa dispor de uma estrutura tributária eficiente, que garanta, através da arrecadação de impostos, recursos para investimentos nas áreas de saúde, educação, segurança pública e transportes, entre outras. Isso é fato e, como tal, não pode deixar de ser reconhecido pela Comissão Especial da Câmara Federal, que ora está estudando e discutindo a reforma tributária.

Nesse contexto de discussão entendo que não há como ignorar a necessidade de aperfeiçoamento do atual modelo de distribuição do ICMS arrecadado no País. E não existe, no nosso entender, momento mais oportuno para a abertura do debate sobre os critérios de repartição desse recurso do que este. Afinal de contas, há no País uma grande determinação no que diz respeito à reforma do sistema tributário nacional e a legislação pertinente. Há que se ressaltar, entretanto, que encontrar um critério absolutamente justo e equilibrado para promover a divisão desse bolo tributário tem sido um grande desafio legal, tanto no Brasil quanto em outros países.

O atual critério de distribuição está inscrito na Constituição Federal e, como sabemos determina que 75% da ICMS arrecadado nos Estados integrem as receitas dos próprios estados e os 25% restantes sejam distribuídos aos municípios. Sendo que, desse total, 75% no mínimo – na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços – realizada em seu território; e os 25% restante conforme disposto em lei estadual. Esta última, normalmente considera variáveis como número de propriedades e extensão territorial de cada um dos municípios. Para alterá-lo, é preciso o apoio de 3/5 das duas Casas do Legislativo brasileiro.

O problema é que a questão da repartição das receitas do ICMS no Brasil tem sido debatida sob os mais variados enfoques, passando pelo radicalismo os que acham que o imposto deve ficar onde é arrecadado, até aqueles que consideram bom apenas o critério que o beneficia diretamente. Sendo que o ponto em comum da discussão é que, lamentavelmente, esse tema tem sido tratado com um viés populista.

A Proposta de Emenda Constitucional que ora, apresentamos, ao contrário, defende, o aperfeiçoamento do critério de distribuição da quota-parte de ICMS destinada aos municípios. Promover a repartição desse tributo levando-se em consideração o número de habitantes é uma tentativa de fazer com que os municípios tenham capacidade financeira de atender as demandas por serviços essenciais, haja vista que, quase sempre, quanto maior é o número de habitantes, maior é a demanda da sua população.

Não temos dúvidas de que a presente proposição garantirá maior eficiência, uniformidade e transparência ao sistema de distribuição do ICMS.

Acreditamos que essa providência, somada às demais medidas de modernização do sistema tributário, estimulará políticas públicas destinadas à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos brasileiros.

São essas as razões que nos levam a apresentar a presente proposição que esperamos, logrará êxito junto aos nossos pares.

Sala das Sessões, 15 de abril de 1999 – Senador **Paulo Hartung**, 1º Vice-Secretário.

Handwritten notes and signatures in the middle section of the page.

Handwritten signatures and notes at the bottom of the page.

Continuação das anotações

11. Rohan Zumi

12. Helena Silva (EAM #010)

13. Tânia da Silva

14. Flávia Viana

15. Tânia da Silva

16. Raulo J.

17. Tânia da Silva

18. Tânia da Silva

19. Tânia da Silva

20. Tânia da Silva

21. Tânia da Silva

22. Tânia da Silva

23. Tânia da Silva

24. Tânia da Silva

25. Tânia da Silva

LEGISLAÇÃO CITADA
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

.....

Art. 158. Pertencem aos Municípios:

I – o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte sobre rendimentos pagos a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

II – cinquenta por cento do produto de arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados;

III – cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios;

IV – vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Parágrafo único. As parcelas de receita pertencentes aos Municípios, mencionados no inciso IV, serão creditados conforme os seguintes critérios.

I – três quartos, no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços realizadas em seus territórios.

II – até um quarto de acordo com o que dispuser lei estadual ou, no caso dos Territórios, lei federal.

.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

Publicada no *Diário do Senado Federal*, de 16.4.99.